
CONCEPÇÕES DE PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO RURAL CONTEMPORÂNEO¹

CONCEPTIONS OF PRODUCTION AND TRANSFORMATION IN CONTEMPORARY COUNTRYSIDE

Celbo Antonio Ramos Fonseca Rosas ²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo verificar indicações a respeito das alterações materiais e imateriais que permeiam o espaço rural brasileiro, através dos direcionamentos do padrão produtivo da agricultura brasileira, vinculadas à vertente do paradigma do capitalismo agrário, que determina as transformações no espaço rural. Tais mudanças podem ser observadas em todo território nacional, e expressas pelas diferentes demandas e diversidade contidas nesse espaço, que se intercomunicam com os espaços urbanos tanto na produção, como nas ideologias.

Palavras-chave: Relação campo-cidade; Espaço rural; Pluriatividade; Família rural; Políticas públicas

ABSTRACT: this article aims to verify particulars regarding the material and immaterial changes that permeate the Brazilian countryside, through the productive standard targeting Brazilian agriculture, linked to the aspect of the paradigm of agrarian capitalism, which determines the changes in rural areas. Such changes can be observed throughout the country, and expressed by the different demands and diversity contained in this space, that the urban spaces intercommunicating both in production and in ideologies.

Key words: Relationship field-city; Rural space; Pluriativity; Rural family; Public policy

INTRODUÇÃO

Quando se compara dois espaços contínuos, de influência mútua, deve-se levar em consideração que essa relação só pode ser considerada caso se analise fatores endógenos (formação cultural, memória, família etc), interligados com fatores exógenos (políticas rurais, clima, comercialização, preço do produto, solo, investimentos, entre outros). Dentre essas perspectivas de análise, compreender a relação entre o campo e a cidade nos remete a especificações analíticas, pautadas no contexto das necessidades mútuas existentes entre esses dois espaços, diante das transformações que ocorrem no espaço rural na atualidade.

1 Este artigo faz parte de discussões defendidas na Tese de doutorado intitulada "A (des)construção da relação campo-cidade no Extremo Noroeste Paulista", na Universidade Federal de Uberlândia.

2 Professor Doutor da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. Departamento de Geociências.
E-mail: celboantonio@uepg.br

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

Essa perspectiva analítica é apontada e proposta por Marsden (1990). Este autor analisa tais transformações na relação rural-urbano na Inglaterra e realiza críticas em relação às interpretações sobre a pluriatividade e o desenvolvimento rural pontual. Vale ressaltar que a realidade inglesa é diferenciada em relação à brasileira e até mesmo ao restante da Europa, principalmente da porção sul deste continente, no tocante às condições sociais, econômicas e naturais. A proposta é compreender o caminho teórico-metodológico apontado por Marsden (1990), e verificar apontamentos que poderão ser utilizados nas análises das realidades brasileiras.

FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS ÀS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL

Duas principais críticas são realizadas por Marsden, Whatmore e Munton (1987) sobre a incidência das perspectivas de Chayanov e Lênin no contexto da perspectiva do rural e do urbano. A primeira, ao realizar uma análise da pluriatividade no interior da família rural, contextualiza esta como uma categoria de análise separada de uma instância que recebe influências macro econômicas e sociais, uma vez que a pluriatividade é considerada uma atividade ligada à agricultura de base familiar, como estratégia de reprodução e desenvolvimento frente ao avanço do capitalismo no campo. Já na abordagem baseada em Lênin, as famílias rurais camponesas são um “obstáculo” no cerne do modo de produção capitalista, e estão fadadas ao desaparecimento, já que não haveria mais espaço para a reprodução e sobrevivência num espaço cercado pelo capital e especulação fundiária. Percebe-se, porém, que tal apontamento, na atualidade, não é regra.

Outra crítica arrolada pelos autores está relacionada ao dualismo na análise sobre a modernização e o subdesenvolvimento rural. De um lado, se encontram os Complexos Agroindustriais e os *Clusters* fundamentados por uma produção em larga escala, pautadas na monocultura voltada à exportação, com uma base técnica moderna, integrado ao capital que alicerça a formação desse campo.

Num outro patamar estão os produtores que não estão integrados ao capital, não conseguindo amplitude suficiente de mercado, além daqueles que estão submissos ao direcionamento da empresa capitalista, presos à comercialização e dependência com a indústria. Esta contraposição de ideias é generalizada e não contribui para uma análise dos problemas locais, considerando apenas aspectos de caráter macro na escala de análise.

Com base em discussões sobre as transformações ocorridas no continente europeu, Marsden, Whatmore e Munton (1987) propõem uma abordagem analítica que contemple as determinações internas da reprodução familiar, como resultante de fatores externos à família rural, no contexto do modo de produção capitalista, expressa num desenvolvimento desigual e combinado. Isso significa que os atributos desenvolvidos e criados no subjetivo e nas expressões culturais das famílias rurais são influenciados pelos fatores externos, como o comércio, o acesso às políticas públicas, as condições climáticas, entre outras.

Dessa forma, tal processo passa a ser analisado dentro da lógica da família rural, expressa nas decisões e dificuldades enfrentadas para sua reprodução. Para Smith (1988, p. 150), “[...] o desenvolvimento desigual, já se afirmou, é uma lei universal da história humana ou, de uma forma mais abstrata ainda, é a essência da contradição”. Nesse sentido,

A divisão mais profunda do trabalho, entre a agricultura e a indústria, é igualmente um fenômeno espacial. [...] não existe nada na natureza que estimule uma divisão entre agricultura e indústria, mas desde que esta divisão social apareça a diferenciação inerente à natureza determina quais atividades ocorrerão e onde ocorrerão. O mesmo princípio se aplica não tanto para a divisão geral entre agricultura e indústria, mas também para a subdivisão interna desses setores principais. A localização de diferentes setores agrícolas ocorre em relação a diferentes condições naturais e o mesmo é verdadeiro com relação a diferentes setores industriais, que são influenciados mais pela diferenciação localizacional na disponibilidade de matérias-primas e componentes acessórios. (SMITH, 1988, p. 151)

Porém, para se alcançar tal procedimento, com base na tese sobre o desenvolvimento desigual de Smith (1988), é construído por Marsden, Whatmore e Munton (1987) um plano pautado em escalas de análises sobre o rural, tentando unir aspectos de ordem interna e externa à família rural, além de uma interação entre essas ordens. As escalas são apontadas por Marsden, Whatmore e Munton (1987):

1) divisão regional do trabalho e capital; 2) desigual divisão setorial do trabalho e capital; 3) desenvolvimento desigual da organização interna das unidades de produção; e 4) diferente divisão do trabalho entre capitais agrícolas e outros capitais da cadeia alimentar.

Porém, a percepção que mais expressa o processo de penetração desigual do capital é a divisão local e regional do trabalho, representada pela primeira escala, pois a expressão da conjuntura ocorre em um lugar específico, como um nó dos desdobramentos do capital, sendo apregoada na dinâmica local e regional, revelando dimensões provenientes de aspectos gerais, e que por sua vez redirecionam decisões a serem tomadas no local e no interior das famílias rurais.

Fica claro que a aproximação e relação entre rural e urbano são mais evidentes em âmbito local e no máximo regional. Brose (2001) indica que, baseados num “enfoque horizontal”, uma região possui uma cidade pólo que serve como prestadora de serviços às demais cidades circunvizinhas, concentrando também o fluxo de informações, produtos e recursos, e os municípios que se encontram ao entorno, possuem uma malha econômica mais frágil, e se tratando de pequenos municípios, a produção se encontra centrada no meio rural. Isso vale para pequenas e médias cidades, uma vez que em algumas regiões do país, o acesso a cidade médias e grandes é dificultado pela infraestrutura, além das distâncias e meios de locomoção.

Já num “contexto vertical”, encontra-se aparentemente o mesmo modelo analisado horizontalmente, ou seja, tem-se um pequeno aglomerado urbano, que serve como prestador de serviços ao meio rural, concentrando a infraestrutura e os fluxos de informações, recursos e produtos em nível municipal. Isso significa que, para o capital em diversas escalas, a relação do rural com o urbano se intensificam, nos mais diferentes setores de análise, devido as necessidades provenientes dos espaços rurais, na maioria dos casos.

Baseados nessa argumentação, Ferreira (2005, p. 15) observa alguns pontos de aproximação entre o rural e o urbano

[...] através do comércio, quando os produtores dirigem-se para a cidade com o objetivo de fazer compras e vender seus produtos; quando os filhos dos produtores rurais dirigem-se para a cidade com o objetivo de trabalhar, estudar, de se divertir; através da busca de assistência e serviços, quando a família agrícola ou pluriativa, como é o caso de muitas delas, vem à cidade em busca de assistência

médica e hospitalar, educação, assistência técnica etc. Por outro lado, o cidadão [...] busca no campo, principalmente, diversão através da frequência em chácaras, pesque-pagues, hotéis-fazenda, restaurantes, festas religiosas, etc.

As relações entre os moradores do espaço rural com o urbano, e vice-versa, demonstram em nível local e regional, uma “sincronia conflituosa”, expostas dialeticamente entre os diferentes grupos. Por outro lado, o processo de urbanização transcende a cidade e tende a substituir ou mesclar, em diversos níveis, o campo, compostos num plano de consumo de símbolos, imagens, e o modo de vida da cidade, com padrões urbanos (FERNANDES, 2001).

Acrescentado valores às linhas apresentadas, Marsden, Whatmore e Munton (1987) evidenciam ainda a escala temporal, demonstrando o tempo do capital em lugares diferentes, ratificando que elementos de caráter macro transformam diversas atividades em nível local, principalmente em setores rurais distintos. Essa dinâmica é diferenciada, evidentemente, entre as regiões do Brasil, uma vez que a multiplicidade de características diferenciam as análises em lugares distintos, como as regiões sudeste e nordeste do país.

ESCALAS TEMPORAIS NO ESPAÇO PRODUTIVO

Ainda de acordo com Marsden, Whatmore e Munton (1987), o tempo se constituiu elemento importante, mas distinto nas escalas. Diferentemente do tempo do capital, o tempo do Estado e o tempo da família são representações decisivas para a análise do desenvolvimento territorial. A intervenção do Estado modifica decisivamente e agrava o desenvolvimento desigual na agricultura, tanto em escala produtiva quanto em escala regional e local, principalmente nos países europeus, já que a interferência do Estado em países como o Brasil se dá por ordem inversa, ou seja, pela falta de apoio e intervenção, ou direcionada para um segmento específico, dada a especificidade da modernização conservadora. Somente em meados da década de 1990 que as políticas públicas passaram a atender a agricultura de base familiar, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No caso do Estado brasileiro, o tempo das decisões normalmente são mais lentos, principalmente quando os direcionamentos estão ligados aos interesses da classe trabalhadora. As decisões judiciais deixam tais ações ainda mais lentas, já que a ineficácia do sistema jurídico no Brasil amplia tal lentidão.

Já o tempo da família, organiza as relações internas à família rural, e são expressos no tempo geral, cujo significado está nas decisões e planejamentos da família, de acordo com as condições impostas pelo capital externo e pelas políticas estatais, levando em consideração também os aspectos ligados à cultura de tais famílias. A organização da produção também depende do contexto externo, e a decisão da produção está intimamente ligada aos fatores oriundos do comércio, preços e condições de produção.

Outro elemento fundamental que organiza o tempo da família é o tempo dos negócios, que faz com que a família esteja permanentemente buscando uma adaptação em relação às condicionantes externas, haja vista a constante tentativa do capital industrial e financeiro de penetração no meio rural, ou até mesmo buscar novas formas de produção. Porém, o tempo dos negócios dá um salto na rapidez e agilidade, quando se fundamenta os interesses do capital, e principalmente os evidenciados por bolsas de valores e grandes corporações multinacionais.

Por fim, o tempo do trabalho é parte do tempo da família, pois expressa a necessidade e as dificuldades em buscar seu sustento na produção agrícola e em sua permanência no campo. (MARSDEN, 1990).

Ao compreender a divisão do trabalho e do capital, sustentada pela integração dos setores temporais mencionados, o autor indica que o ponto de conjunção das intervenções estatal e do capital no espaço rural, ocorre a partir da unidade familiar, ou seja, é a partir da família rural, ao buscar sua reprodução, que pode se analisar o contexto mais amplo das forças externas à ela, pois a expressão do todo ocorre numa escala local. É necessário estabelecer uma complexa relação entre a lógica de funcionamento e organização da família rural, imbricada às relações provenientes de forças externas, da organização do espaço.

Numa leitura realizada por Cardoso (1998, p. 56) sobre as concepções de Marsden, considera que

As relações com o capital externo – crescente dependência tecnológica, financeira e da relação com o mercado – impactam diretamente sobre a produção e a organização interna do negócio rural. As relações internas de produção – relações com o capital, o direito sobre a terra, o controle operacional do negócio e de trabalho – expressariam a própria racionalidade da unidade de produção familiar.

É nesse sentido que Marsden (1990) avança sua análise para uma proposta de sobreposição às abordagens dualistas de desenvolvimento capitalista no campo, enfatizando as relações internas das famílias rurais e sua inter-relação com os mercados, dando ênfase aos elementos expressos numa abordagem integrada no sentido cultural e materialista, considerando que muitas famílias analisadas em sua interpretação, integram o mercado através de produtos não-agrícolas, demonstrando a adaptação às condições impostas pelo meio.

Esta insistência é retomada novamente em Marsden (1990), numa perspectiva semelhante à de Lefebvre (1999) e Figueroa (1997), no qual as transformações que ocorrem nas áreas rurais possuem como ponto de partida a análise da família rural, considerando as correlações existentes entre esta e o mercado, e que vem se tornando cada vez mais impessoal, devido a escala de interações e interesses de ambos os lados, característicos de um modo de produção capitalista. Essas transformações estabelecidas modificam e são modificadas, primeiramente, pelas famílias rurais, que são a expressão das mudanças existentes no rural, produto e produção de tais mudanças.

CAPITALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O CONTRAPONTO AGROECOLÓGICO

As políticas agrícolas e os mercados trouxeram desestabilização e dificuldades na produção e comercialização dos produtos pelas famílias rurais. A reorganização e adaptação ao meio, transformando a realidade dos indivíduos componentes das famílias, acabaram por redefinir seus valores e suas atividades para a continuação e a sobrevivência do homem no meio rural, ou se fortalecer como camponês, ou até mesmo vender ou arrendar suas terras e migrar para as cidades.

Com base nas relações estabelecidas entre as famílias rurais e o mercado, Marsden (1992) lança a proposta de que o eixo de suas discussões, tomando como funda-

mento o processo de reprodução das famílias rurais, interna e externamente, toma sentido apenas no processo de “commoditização”, cuja lógica está expressa no modelo denominado “treadmill”.

Este é um modelo que possui como tendência a concentração de capitais nos negócios agrícolas e em todas as fases da cadeia produtiva. Isto leva a uma maior inserção do capital nas atividades agrícolas, fazendo com que os produtores individuais tenham a necessidade da acumulação de capitais para assegurar sua reprodução.

Esta análise toma corpo no contexto de uma reorganização do modo de produção capitalista no campo, pois traz novas funções baseadas nas *commodities*. Mesmo considerando que este processo é extremamente contraditório e segrega grande parte dos trabalhadores que buscam a sobrevivência no campo, é inegável tal aspecto, levando em consideração a crescente importância do capital intelectual no processo de globalização vigente, que transforma técnicas produtivas, na maioria das vezes, em favor do capital.

Na Europa, campo de análise de Marsden (1992), a “commoditização” acelera o movimento de capitais no campo, transformando novos valores, e oferecendo novas oportunidades a diversos segmentos produtivos antes excluídos do mercado, pois gera novas possibilidades de comércio. Porém, as famílias que se inserem neste contexto, se tornam dependentes do capital, interligadas diretamente aos interesses do mesmo. Esta é, muitas vezes, a única forma de permanência no campo, já que o não cumprimento dessa premissa leva o produtor a se expropriar de seu meio.

Dessa forma, expressos ainda na leitura de Lefebvre (1999) e Figueroa (1997), o processo de “commoditização” transforma e reformula as características das famílias rurais, tanto em seus aspectos internos de gestão de finanças, estrutura, responsabilidades, habilidades, como nas relações externas, como níveis de endividamento, gestão de negócios, relações interpessoais, comerciais, entre outros. Porém, cabe ressaltar que essa característica não é generalizante, pois ocorre em algumas regiões e setores produtivos.

A reestruturação familiar (interna) passa no entendimento de Marsden (1992), pelos condicionantes externos, que acabam direcionando as decisões familiares de todos os níveis apresentados, até mesmo de sua permanência na atividade e no espaço rural. As condições externas às famílias rurais podem servir como um estímulo ou desestímulo à continuidade da produção, pois as dificuldades produtivas, na comercialização e no preço de venda acabam muitas vezes, num imediatismo, por não querer mais dar continuidade à produção agrícola e até mesmo as não-agrícolas.

A leitura deste autor está engendrada no contexto da crise do modelo fordista de produção na Europa, levando a uma fase onde houve um retrocesso nas políticas produtivistas da agricultura, oferecendo espaço para a emergência de novas formas de exploração. Para que a família rural consiga sua permanência e sua sobrevivência, é necessário que haja uma flexibilização no trabalho, juntamente com uma vocação empresarial.

Mesmo quando não há tal vocação, existem possibilidades de auxílio de diversos órgãos que oferecem base para a formação e a abertura de uma empresa, ou pelo menos, a perspicácia de uma administração dos negócios familiares. Além desse aspecto, é necessário o acesso ao crédito, pois a dificuldade na produção de atividades no espaço rural, somente será ultrapassada através da junção desse caráter empreendedor e do acesso ao crédito, disponibilizado pelas políticas públicas, quando direcionadas a agricultura de base familiar.

De acordo com Marsden (1992), a pluriatividade é um produto final da interação entre as relações externas, tanto em âmbito local e regional, como as influências mais

abrangentes e o universo familiar, que depende das variações impostas pelo contexto para tomar suas decisões coerentemente.

Ainda para Marsden (1990) um dos aspectos relevantes a ser considerado na influência externa às famílias, é a reestruturação do sistema agroalimentar e os impactos causados no espaço rural. Esta é considerada e inserida num contexto capitalista, de produtos vinculados à exportação, na maioria dos casos.

De acordo com Rainelli (1996), a reestruturação do sistema agroalimentar possui como diretriz a diversificação de ofertas produtivas e/ou agregação de valores a produtos existentes, destinados a um mercado cada vez mais variado e amplo, angariando inovações organizacionais e de capitais no sistema agroindustrial, buscando vantagens competitivas através das inovações tecnológicas. Toda essa reestruturação traz diversos impactos sobre o rural, com a possibilidade de oferecer empregos em CAIs, fortalecer o mercado de um determinado produto, ou por outro lado, expropriar e dificultar a comercialização de produtores marginais, podendo levá-los, conseqüentemente, à expropriação e ao êxodo rural.

Outra vertente dessa mesma discussão é a produção agroecológica, que passa a ser muito mais do que simplesmente uma produção orgânica, para englobar mudanças paradigmáticas nas premissas produtivas do capitalismo agrário produtivista (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014), englobando uma forte questão social e alimentar no processo de construção de uma ideologia pautado no paradigma da questão agrária.

É nesse sentido que ocorrem inovações organizacionais empresariais para alcançar vantagens competitivas e busca de novos mercados, mesmo considerando que o viés desse direcionamento, ocorre com o setor produtivo ligado diretamente às famílias rurais, desprovidas de suficientes recursos financeiros para ampliar seus conhecimentos e, posteriormente, realizar investimentos econômicos na tentativa de consolidar um empreendimento no meio rural. A agroecologia é um desafio conceitual e prático no seio do capitalismo agrário, que deve ser construído com parcerias e aperfeiçoamento do mercado local e regional, principalmente.

O contexto atual tem marcado a criação de novos valores de uso, que agregando valores, surgem como novos valores de troca (MARSDEN, 1990). Porém, cabe ressaltar que o autor apenas indica a ocorrência de tais transformações, já que o valor mais importante atualmente são as ideias, o pensamento, pautado em equipamentos capazes de colocar esse conhecimento em prática, o que Santos (1999) denominou de meio técnico-científico-informacional, e que gerenciados da maneira como se encontra atualmente, é um grande vetor de desenvolvimento econômico e em contrapartida de desigualdade social, acentuando o acesso e o conhecimento a esses novos produtos e ao próprio conhecimento.

Portanto, de acordo com Marsden (1990), essa necessidade de busca por novos produtos rurais, está ligada diretamente a uma reestruturação do sistema agroalimentar. A pluriatividade nasce da relação direta entre o que é imposto pelo meio e suas implicações com o interior das famílias rurais, pois aquelas que não conseguem se inserir num contexto envolvido pelo capital, buscando fontes alternativas de recursos para novas relações com o mercado e até mesmo de sobrevivência, integrando o produto a ser comercializado, com a aceitação deste pelos clientes, buscando sempre condições mais propícias de produção (GEORGE, 1971). Toda essa relação está inserida num contexto no qual o capital se aglomera cada vez mais no campo, nas mãos de poucos produtores.

A análise da pluriatividade da família rural está baseada, portanto, numa interpretação e correlação com contexto externo, considerando os aspectos econômicos gerais e aqueles relacionados ao local e região, influenciando e interagindo com as decisões das

famílias rurais. Apesar de considerar as mudanças em nível macro e micro econômico, a economia local e regional é aquela que melhor expressa as transformações que ocorrem nas famílias rurais, pela realidade estar próxima dos agentes sociais.

O principal ponto de observação desse contexto são os impactos causados por essas mudanças no interior das famílias rurais, que na maioria das vezes, são frágeis economicamente e com poucos recursos financeiros e educacionais, dificultando na tentativa de se aventurar em novas atividades econômicas. Neste caso, a luta não é pela terra, diretamente, mas pela permanência nela através da produção agrícola e não agrícola.

Há uma tendência do capital se inserir no campo e buscar, através das agroindústrias, novas fontes de valorização de produtos com o mercado, agregando valor aos produtos de grande demanda e transformando-os, através de pesquisas, em produtos ricos em determinadas substâncias, sem colesterol e gordura, como também os produzidos de forma orgânica, para atender o mercado consumidor que se encontra cada vez mais exigente. Nesse caso, o agroecológico está voltado aos interesses do capital, e não da prática social, de produção e ideológica.

Porém, essa tendência à agroindustrialização e inserção de novas tecnologias no processo de produção, expropria diversos segmentos produtivos de suas terras e de suas produções, além de criar um falso paradigma que atribui o acesso à alimentação a produção agroindustrial.

A facilidade do arrendamento de terras para o capital, em detrimento à produção e utilização dessas pela própria família, é uma prática cada vez mais comum no Brasil, principalmente em decorrência da cultura canavieira. Mas vale resgatar que, com a emergência de um novo padrão de consumo, há uma abertura de espaço para produtos agroecológicos, e diversos outros provindos da produção familiar, refletindo um novo nicho de mercado que se expande em plena consolidação do capital no campo.

Isso fica mais claro quando se toma como exemplo o caso brasileiro, onde a alimentação básica das pessoas em geral é proveniente das famílias rurais, em âmbito local, e que os CAIs são responsáveis para acentuar a balança comercial de produtos exportáveis, e não para a segurança alimentar interna. É necessário, portanto, incentivar esse tipo de produção em detrimento à atividade sucroalcooleira.

A inserção das famílias rurais nesses novos padrões de consumo baseado em atividades empreendedoras familiares, não é tão simples. Para conseguir tal feito, a família rural deve ter uma perspectiva empreendedora aguçada e a percepção dessa oportunidade, organizando e flexibilizando seu trabalho, além de uma localização geográfica privilegiada, interagindo com boas condições de comercialização e mercado, bem como apoio externo condigno, que é o acesso ao crédito e políticas públicas direcionadas, e a profissionais capacitados para auxílio na implantação das novas técnicas de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais pressupostos, nota-se a dificuldade de inserção das famílias rurais nesse novo contexto emergente, principalmente em países da América Latina (PEREZ CORREA, 2004). “El proceso de urbanización y concentración de la población, en grandes ciudades, en América Latina ha sido rápido, con poca planificación, y ha gerado muchas consecuencias negativas tanto para el mundo rural como para el urbano.” (PEREZ CORREA, 2004, p. 51).

O mercado local e regional possui grande importância neste contexto de inserção das famílias rurais nas novas atividades relacionadas ao rural, pois a economia gerada e

oferecida nesta área acaba traçando diretrizes que condicionam a produção dessas famílias. De acordo com Smith (1988), essa relação é expressão tênue de um desenvolvimento desigual apregoado pelo modo de produção capitalista, no qual a proximidade com maiores centros urbanos pode fortalecer a comercialização dos produtos, das famílias expropriadas pelo capital especulativo e depredador que se estende no âmago das sociedades.

Na verdade, essas transformações são ocasionadas pela mudança de valores da sociedade de consumo urbano, que podem ter sido ocorridas por diversos motivos, que acaba ditando as diretrizes produtivas nas áreas de produção rural. Nesta perspectiva, surge um novo papel para o rural, que não fica preso somente à agricultura, mas para atividades que muitas vezes estão relacionadas à agricultura, como fabricação de doces, a preservação da natureza (muito difundido atualmente), inseridas num contexto onde o turismo ganha evidência para as necessidades do cidadão, oriundas do atual cenário proveniente de um meio técnico-científico-informacional identificado por Santos (1999). O papel social possui agora um papel mais efetivo no espaço rural, pois representa um espaço de disputas territoriais constantes, tanto políticas quanto ideológicas.

A pluriatividade como foco de análise de transformação e adaptação das famílias rurais às condições impostas pelo meio é, para Carneiro (2003), um foco equivocado para se aproximar da realidade, pois é necessário considerar as condições de reprodução das famílias rurais e dos grupos sociais que recorrem à pluriatividade, já que para Marsden (1990), essa análise não é realizada. A pluriatividade é um resultado das transformações, e não um fenômeno que leva às transformações. Mesmo assim, destaca-se a relevância de tal perspectiva quando se consideram em diversas escalas e em lugares diferenciados, as condições das famílias rurais, agregando argumentos à análise proposta por Marsden (1992).

Dessa forma, a escala das mudanças só pode ocorrer quando se tem uma interação entre o estado das mudanças e o motivo de seus acontecimentos, pois depende do enfoque e do lugar a ser analisado.

REFERÊNCIAS

BROSE, Markus. Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. In: ETGES, Virgínia E. (Org). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul -SC: EDUNISC, 2001. p. 11-17.

CARDOSO, Alessandra. Dicotomia rural-urbano, economia local e pluriatividade (em busca de um espaço para o rural). **Revista Economia Ensaios**. Uberlândia: EDUFU, v. 12/13, n. 2/1, jul/dez. 1998.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo – RJ). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, Renato. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

FERNANDES, Beatriz L. O sentido da cidade no final do século XX. In: SPÓSITO, Maria Encarnação B. (Org). **Urbanidade e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente-SP: UNESP/GASPERR, 2001. p. 501-14.

FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A.; GONÇALVES, Elienai C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Cultura acadêmica: Unesco, 2014 (Vozes do Campo).

FERREIRA, Darlene A. de. Do campo à cidade, da cidade ao campo – ruralidade e urbanidade em territórios contíguos: o caso de Araraquara – SP. In: ENCONTRO DE GRU-

- POS DE PESQUISA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. CD-ROM.
- FIGUEROA, A. Hacia un nuevo enfoque sobre el desarrollo rural em América Latina. In: **Seminário internacional interrelación rural-urbana y desarrollo descentralizado**. México: FAO/ONU, 1997.
- GEORGE, P. **Geografia do consumo**. São Paulo: Saber Atual, 1971.
- LEFEBRE, Henry. **A revolução urbana**. 34. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARSDEN, Terry. Exploring a rural sociology for the fordist transition. **Sociology Ruralis**. v. 32, n. 2/3, 1992.
- _____. Towards the political economy of pluriactivity. **Journal of Rural Studies**. v. 6, n. 4, p. 375-82, 1990.
- MARSDEN, T.; WHATMORE, S. J. & MUNTUN, R, J, C. Enevem development and the restructuring process in British agriculture: a preliminary exploration. **Journal of Rural Studies**. v. 3, n. 4, p. 297-308, 1987.
- PEREZ CORREA, Edelmira. Lo rural y el desarrollo em América Latina. In: RODRIGUES GONZÁLEZ, Román; PEREZ CORREA, Edelmira (Coord.). **Espacios y desarrollos rurales: una visión múltiple desde Europa y Latinoamérica**. Oviedo: Ediciones Trea, 2004. p. 49-67.
- RAINELLI, M. La firme multinationale dans las nouvelle économie industrielle internationale. **Economie Rurale**. DFER, n. 231, jan./fev. 1996.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.